

## **CDE - CONDSEF/FENADSEF**

**17 e 18/09/24 – Auditório Francisco Zóccoli, sede do Sindsep-DF**

# **Resoluções consolidadas**

## **Concepção de Estado**

### **Que Estado e que servidores queremos?**

- Um Estado forte que garanta os direitos fundamentais e sociais da CF de 1988, executor de serviços e políticas públicas de qualidade.
- A tecnocracia não é a melhor forma de gerir o Estado. Ela se afasta dos interesses públicos, é uma teoria do capital financeiro, focada na “gestão” e nos resultados de aplicação dos recursos, na redução dos “gastos”, para a reprodução do capital. Portanto, o Estado não deve ser gerido com a tecnocracia, mas com a construção de uma estrutura a partir de uma força de trabalho com amplo acesso à capacitação, qualificação e evolução na sua carreira. A estruturação de uma carreira única pode ser uma forma de consolidar essa estrutura e diminuir as distorções salariais.
- Um Estado atento à função pública e social da autoridade monetária nacional.
- O Estado deve ser estruturado por meio de requisitos de seleção e ingresso prioritariamente em cargos de nível auxiliar e intermediário. O governo deve fortalecer o crescimento do servidor dentro do próprio Estado. A estabilidade é um princípio inegociável para todos os cargos públicos.
- O Estado deve garantir trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, ambiente de trabalho adequado, observância às regras de saúde e segurança do trabalho, igualdade de oportunidades (além dos requisitos de ingresso) para acesso da população ao serviço público, com garantia da gestão democrática nos órgãos.
- Auditoria cidadã da dívida como forma de tornar o orçamento público democrático.
- O Estado deve combater distorções e privilégios, como aqueles concedidos aos militares, a exemplo das pensões vitalícias a filhas de militares, e desconto previdenciário distinto.

## Serviço Público

- Deve-se retomar as condições de mobilidade na carreira presentes até 1988, **com a possibilidade da ascensão funcional.**
- A forma de seleção dos servidores deve considerar as aptidões. A permissão para ascender dentro da estrutura precisa voltar a ser um instituto no serviço público.
- A carreira deve ser pensada em consonância com o papel do Estado e das políticas públicas que devem ser desenvolvidas em cada área. A discussão do desenho da estrutura de governo e dos órgãos públicos deve ser parte da discussão de modelo de carreiras.
- O desenvolvimento dos trabalhadores deve se realizar ao longo dos anos. A capacitação/qualificação precisa estar em correlação direta com a função pública do órgão/setor, com crescimento horizontal e vertical.
- Os elementos de valorização como capacitação, qualificação e ascensão garantem a permanência do servidor e sua valorização na estrutura. A qualidade do serviço público está diretamente relacionada à valorização do servidor.
- Os requisitos de ingresso via concurso público devem ser os mais democráticos possíveis, com a inclusão de cotas sociais e prevalência de seleção para os níveis auxiliar e intermediário. O desenvolvimento deve ser realizado por meio da qualificação, da experiência e das aptidões dos trabalhadores, o que implica na volta da ascensão funcional. A formação continuada deve focar na compreensão do serviço, das políticas públicas e do papel do servidor público e ser voltada para o atendimento das políticas públicas de cada órgão.
- Os direitos previdenciários e o poder de compra dos aposentados devem ser protegidos pelas novas gerações.
- A ampliação da política de cotas raciais e a implementação de cotas sociais são instrumentos para evitar a elitização do Estado, assim como a abertura de concursos públicos de forma prioritária para cargos de nível auxiliar e intermediário.
- Os concursos públicos para nível superior devem ser realizados para casos muito específicos. Quando as pessoas já entram pelo topo, formam carreiras corporativistas.
- Realização de concursos públicos em substituição à força de trabalho terceirizada.
- Concurso público com peso diferenciado para os atuais trabalhadores terceirizados lotados no serviço público federal, levando em consideração sua qualificação e capacitação.
- O governo deve combater as formas de contratação que impliquem em formas de terceirização das atividades estatais, a exemplo das OSs, OSCIPs, ONGs, consultorias etc.
- O serviço público tem que estar no orçamento.

- O Estado deve promover o diálogo com a sociedade para a valorização dos servidores públicos (campanhas publicitárias), além de demonstrar que a estabilidade não é um luxo do funcionalismo, mas um princípio garantidor que protege o Estado e a sociedade brasileira contra interferências alheias ao interesse público.
- Todas as gratificações devem ser incorporadas ao VB.
- A negociação coletiva deve ser política de Estado.
- Revogação de medidas que extinguem cargos do serviço público federal essenciais para a prestação de um serviço público de qualidade para a população, como motorista oficial, agente de saúde e guarda de endemias.
- 5 pontos de princípios da proposta de Plano de Carreira:
  - 1) Conceito de Carreira única, com cargos transversais, composta pelos três níveis - auxiliar, intermediário e superior;
  - 2) Entrada prioritariamente pelos níveis auxiliar e intermediário:
    - ingresso de trabalhadores que vão se formar como servidores dentro do serviço público;
    - progressão na carreira dentro do serviço público, de acordo com a evolução da formação acadêmica e aptidões de cada um;
  - 3) Abertura de concursos com prioridade para níveis auxiliar e intermediário. Vagas de nível superior em número limitado, para suprir necessidade de mão de obra especializada não abarcada pela evolução dos que já são servidores;
  - 4) Cotas sociais nos concursos (ao lado da ampliação das cotas já existentes - raciais, indígenas, PCD);
  - 5) Tabelas salariais unificadas com padronização da remuneração nos três níveis, preferencialmente por subsídio.

## Organização Sindical

- Retomar as resoluções do Seminário de Planejamento da Condsef.
- Democratização e transparência da estrutura sindical; ampliação da estrutura sindical; formação política dos dirigentes e da base, valendo-se também de ferramentas tecnológicas e das mídias sociais.
- Promover a valorização da cultura no movimento sindical.
- Apresentar à categoria os avanços e o trabalho realizado pelas entidades sindicais, com transparência e regularidade. Os sindicatos devem divulgar os resultados positivos conquistados durante os processos de negociação salarial.

- Dialogar com a sociedade e com os movimentos sociais sobre a importância dos serviços públicos, por meio da promoção de campanhas de valorização dos servidores.
- Fortalecer a luta em torno da defesa e valorização das empresas públicas, pela reversão das privatizações e combate às ameaças de desestatização.
- Buscar apoio de partidos políticos e de parlamentares na defesa dos serviços públicos.
- Aprofundar estudo sobre carreira única, solicitando ao Dieese a elaboração de uma proposta que leve em consideração um piso salarial de R\$ 6.389,72 e um teto de R\$ 44.008,52 (igual ao do STF).
- Os sindicatos devem debater com a base, para além das pautas específicas de cada local de trabalho, as pautas gerais da classe trabalhadora, como as políticas fiscal e monetária, o modelo econômico, o Novo Arcabouço fiscal, o orçamento federal, a revogação das reformas antissindicais, entre outras, que influenciam nas questões específicas.
- A Condsef e os sindicatos devem implementar uma **campanha nacional de combate à austeridade fiscal**.
- A Condsef deve pautar sua atuação pelo princípio da igualdade e da isonomia entre os diversos setores do funcionalismo, combatendo privilégios que devem ser extintos e o conceito de “carreira típica de Estado”.
- Os sindicatos devem promover campanhas de filiação de antigos e novos servidores, por meio da presença nos locais de trabalho, com o apoio das tecnologias digitais na promoção dos debates.

## Plano de ação

- Articular com as Centrais Sindicais uma agenda com o presidente Lula no dia 28/10, Dia do Servidor Público, para cobrar intermediação diante da situação das negociações salariais e da visão de Estado elitista do MGI.
- Participar do ato no Palácio do Planalto previsto para o dia 12 de novembro, com prévia adesão à Carta Aberta do presidente Lula proposta pelo Sindsep-DF. Intensificar a campanha de coleta de assinaturas na semana do servidor público.
- Realizar assembleias por local de trabalho e seminários regionais para divulgação do texto que consolida as diretrizes da Condsef para a criação, estruturação e reestruturação de carreiras.
- Elaborar calendário de luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público (Convenção 151 da OIT).

- Promover debates sobre os problemas relacionados à autonomia do Banco Central e à política de pagamento de juros da dívida pública.
- Elaborar uma resolução da Confederação relacionada ao enfrentamento com o Congresso Nacional reacionário que sequestra o orçamento federal da União.  
**Promover nas bases uma campanha nacional pelo serviço público no orçamento.**
- Preparar **uma grande manifestação pelo atendimento da proposta dos servidores de diretrizes para os planos de carreira, com mobilização permanente em Brasília**, a exemplo da luta contra a PEC 32.
- Buscar a unificação das 3 esferas do serviço público em torno do debate das diretrizes de planos de carreira.
- Construir comissão parlamentar dentro da Condsef para a cada 15 dias atuar no Congresso em busca de apoio.
- Realizar debate sobre o trabalho remoto como forma de esvaziamento dos órgãos, atentando para as doenças diversas que acometem os servidores, as metas a serem cumpridas e os encargos assumidos, além da divisão com o trabalho doméstico e de cuidados familiares.
- Realizar uma Plenária Nacional para aprovar o resultado da reunião do CDE, para que as diretrizes consolidadas pela Condsef sejam únicas e utilizadas em todas as mesas.
- Elaborar **cartilha contra a elitização do Estado** para distribuição nos locais de trabalho.
- Elaborar uma **carta à população com o lema “serviço público não é gasto”**.
- Promover campanha “Condsef Itinerante” para ajudar os sindicatos a sindicalizar e dialogar com a base.

Brasília-DF, 18 de setembro de 2024.

  
Sérgio Ronaldo da Silva  
Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF